

*O magistério moral da história: aspectos do processo de declínio e ruína de uma tradição milenar**

MARCOS ANTÔNIO LOPES**

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O texto toma por seu propósito central analisar a natureza da história analógica fundada em modelos de exemplaridade, que marcou presença em importantes textos históricos dos Tempos Modernos, e que se estendeu até o século XIX, quando passou a sofrer o impacto da história científicista que acabou por determinar o rápido declínio de uma das mais duradouras formas de se conceber e de escrever história.

Palavras-chave: Pensamento histórico; Lições para a vida; declínio e crise da exemplaridade.

Abstract: The text takes as its main purpose to analyze the nature of analogical history founded in models of exemplarity which marked presence in important historical texts of Modern Age, and that extended until the 19th century, when it started to suffer the impact of scientific history, that was finally determine the rapid decline of one of the most enduring ways of conceiving and write history.

Keywords: Historical Thought; Lessons for life; decline and the crisis of exemplarity.

* Recebido em 15 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 27 de agosto de 2015.

**¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor na Universidade Estadual de Londrina. Artigo vinculado ao projeto de pesquisa intitulado Histórias de valores morais e políticos, com financiamento do CNPq. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa).

Alguns dos autores modernos mais confiantes na vocação de exemplaridade da história conseguiram perceber indícios de alterações e transformações ocorridas no tempo, particularmente quando distinguiam os traços delineadores de uma grande época na história humana, aqueles oásis de incomparável vitalidade, como foram Atenas e Roma no mundo antigo, Florença e França na modernidade. Exemplos excelentes de tal percepção foram historiadores como Maquiavel e Voltaire, que glamourizaram a experiência republicana de Roma e o Século de Luís XIV. Para utilizar um conceito de Montesquieu, a presença de homens célebres numa dessas idades de ouro — Péricles, César, Lorenzo e Luís XIV — atuara como a “mola” do surgimento de uma nova fase na história. Dos elementos de destacada evidência nas narrativas históricas modernas surgia recorrentemente o propósito de transmitir, aos contemporâneos e pósteros, a memória dos feitos passados.

Nessa intenção de perpetuar o conhecimento das atitudes memoráveis dos homens ilustres, e até as conquistas das grandes nações, infiltrava-se nos textos o espírito de rivalidade, pois se tratava comumente de ombrear, ou até ultrapassar em honras e merecimentos, os sucessos precedentes. O desejo de assemelhar-se a modelos notáveis pela imitação dos exemplos que deixaram à posteridade possuía uma evidente natureza competitiva. E não poderia ser distinto disso, pois a leitura da história estava orientada a selecionar ações que se mostrassem elevadas no plano das virtudes, admirando-se os leitores de qualidades quanto à força e justiça, coragem e prudência, generosidade e moderação de seus modelos. O humanista francês Jacques Amyot recomendava os livros de história como fonte de iluminação do juízo e conselho para a ação previdente nas passagens mais complexas da vida, para se julgar ao certo negócios emaranhados e de difícil solução. A leitura da história soava-lhe como escola de prudência, como

[...] advertência, para se moderar em prosperidade; e reconforto, para se repor e sustentar na adversidade. E assim o faz com mais graça, eficácia e destreza que os livros de filosofia moral, visto que os exemplos são mais aptos para comover e ensinar do que os argumentos e as provas arrazoadas [...] (AMYOT, s.d, p. 25).

Os aspectos de grandeza de personagens históricos como reis, generais, oradores, artistas, mártires e outras notoriedades inspiravam a descoberta de similitudes entre vultos passados e presentes, a serem niveladas pelo alto. Em tais confrontos de dignidade, parecer inferior em méritos era sempre difícil de aceitar, mormente por parte daqueles que podiam tirar maior proveito das lições do passado, conforme as demonstrações de sabedoria fundada em textos da Antiguidade. A leitura da história era um dispositivo estratégico para os homens ilustres, e ainda mais para aqueles primazes da política que, por vezes, experimentavam distúrbios melancólicos ou outras perturbações do espírito. Reconhecidamente, a história era terapia autopromotora para mentes régias acabrunhadas pelas intempéries da política. Talvez por isso seja apropriado recuperar o relato do escritor seiscentista Robert Burton, ao considerar que “Fernando e Alfonso, reis de Aragão e da Sicília, foram ambos curados pela leitura da história, um pela de Cúrcio, outro pela de Tito Lívio, quando já nenhuma medicina prescrita lhes surtia efeito” (BURTON, 2012, p. 125).

Confrontados aos infortúnios de seu ofício, os grandes homens encontravam nos livros de história as inspirações que os faziam recobrar o ânimo. Jacques Amyot espichou essa anedota contada posteriormente por Burton, ao lembrar que, desistindo o rei Alfonso de fazer uso de inúteis medicinas, decidiu que seus secretários lessem para ele os feitos de Alexandre (*De rebus gestis Alexandri Magni*). E o prazer gerado nessa atividade recreativa foi de tal monta que Alfonso conseguiu superar a doença. Vendo-se curado, demitiu seus médicos, ralhando-lhes para que não mais fizessem de seu corpo algazarra para a sapiência ineficaz de Hipócrates e de Galeno, no que ainda saudou a Quinto Cúrcio, um real e competente curandeiro (AMYOT, s.d, p. 33). Moral a ser extraída da lição régia: nenhuma medicina é mais soberana que a leitura dos feitos de varões destemidos. Como observou também aquele que ficou consagrado como o fundador do moderno conceito de homem, as vozes do passado confortam na solidão; os bons livros possuem poder curativo e libertam seus leitores de moléstias graves (PETRARCA, 2001, p. 225).

Da propriedade singular da história, a de ser matéria reutilizável para finalidades múltiplas, resultou a ideia da unidade dos tempos históricos.

Assim, não se concebia o tempo histórico por meio da diferenciação de sociedades, mesmo que separadas por lapsos temporais consideráveis. Desde ao menos o século XVI, assentara-se na cultura humanista a percepção de ser o tempo histórico um tecido formado por amarrações e costuras diversas. Naquelas alturas, percebeu-se que a passagem do tempo era um fluxo capaz de promover alterações sensíveis no plano da cultura, das instituições sociais e do aprimoramento técnico. Então, diante da emergência de tantos fenômenos jamais vistos, alguns detentores de notória novidade, como a descoberta do Novo Mundo e o advento da Reforma, o *topos* história mestra da vida já não poderia seguir como uma referência incontestável, apesar de se manter como gênero hegemônico de narrativa histórica. A força destrutiva de ineditismos constantemente replicados na realidade introduziu uma nota destoante no universo até então confortável dos analistas do fluxo da história. Os descobrimentos e a efetiva ocupação territorial da América, já dizia Fueter nos inícios do século XX, forçaram os historiadores modernos a encarar os problemas de uma história geral para os quais a tradição clássica mostrava-se desaparelhada. Segundo o autor, uma compreensão mais dilatada do mundo histórico surgiu com os historiadores espanhóis das Índias:

Les découvertes et les conquêtes en Amérique posèrent à l'historiographie un problème tout nouveau. Elles lui offraient une matière à laquelle ne suffisaient pas les procédés de l'histoire classique antérieure. Les lecteurs eussent été peu satisfaits de voir traiter la découverte du Nouveau Monde d'après le cadre des annales. Ce qui les intéressait, c'était moins les détails de la conquête que les peuples et les pays merveilleux découverts par les Européens. Ils voulaient savoir comment vivaient ces hommes qui paraissaient pour la première fois à l'horizon de l'Europe, quelle était leur organisation politique, leur religion, comment ils se nourrissaient et s'habillaient. Ils souhaitaient, au lieu ou à côté du récit, des descriptions et des peintures. Les historiens durent s'étendre sur des sujets auxquels l'histoire n'avait pas touché jusqu'alors (FUETER, 1914, p. 361).

Como acentuou Eugenio Garin quanto ao mesmo tema, a verdade deixou de ser uma questão a ser procurada nos escritos sapienciais. Não que os livros devessem ser desprezados. Mas, de então em diante, a verdade deveria ser buscada “... na experiência das coisas e na história dos homens” (GARIN, 1991, p. 131). Entretanto, a história lavrada em moldes ciceronianos teve vida singularmente longa. Nem mesmo o desenvolvimento da história científica, a partir dos finais do século XVIII e inícios do XIX, foi capaz de superá-la de uma maneira definitiva. Literariamente falando, e segundo evidências apresentadas por François Hartog, uma marca significativa do término da *Historia magistra vitae* pode ser identificada no *Essai historique*, de Chateaubriand. Mas mesmo Chateaubriand, no texto publicado em 1797, ainda dava mostras evidentes de utilizar a antiga história analógica e seus paralelismos como uma referência central de seus argumentos (HARTOG, 2003, p. 140). Ainda que a perda de espaço fosse perceptível, e tenha sido um tanto mais intensa ao longo do século XIX, alguns resíduos foram preservados e não se pode falar em termos de uma total dissolução ou extinção do antigo gênero (GUSDORF, 1960, p. 190). François Hartog reforça essa constatação ao argumentar que a concepção da história como feixe de exemplaridades permaneceria válida, de um modo geral, até os finais do século XVIII e que, até depois deste século, continuaria a ser invocada, ainda que em circunstâncias especiais (HARTOG, 2003, p. 55).

No Brasil, há registros de diálogos de Fernand Braudel com professores universitários brasileiros, ali pela quadra dos anos 1950, diálogos nos quais o historiador francês divertia-se um pouco ao responder a seus interlocutores que, ao menos na França, a “raça especial” dos grandes homens — anabolizada por Thomas Carlyle nos meados do século XIX (1840), em suas célebres conferências sobre as grandezas e excelências de pessoas extraordinárias — havia entrado em declínio, e que estava cada vez mais difícil insistir nos célebres varões insignes como objeto digno de escrita da história. Em seus ensaios de ego-história, o medievalista francês Georges Duby narrou as preocupações de que foi tomado nos anos 1980, ao escrever sobre a figura de um herói da cavalaria francesa. Mirando os críticos apressados frequentemente à espreita de encontrar novidades para cacarejar a própria argúcia, Duby se divertia, sobretudo pela possibilidade

de ser acusado de traição ao espírito historiográfico firmado por Febvre e Bloch, escrevendo, em 1984, os feitos de um “grande homem”. Mas o retorno ao autêntico gênero carlyliano não passaria de uma ilusão, já que “O verdadeiro tema do livro não é Guilherme, mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirmava respeitar” (DUBY, 1993, p. 139). Duas décadas depois (2005), outro medievalista francês também abordaria a temática dos indivíduos extraordinários (Carlos Magno, El Cid, Robin Hood, etc.), mas igualmente sob a perspectiva do imaginário social. Segundo o autor da conhecida biografia do rei Luís IX, canonizado em 1296, o emprego em larga escala da figura do herói, sobretudo na dimensão política de suas intervenções, sempre fora um fenômeno da escrita da história (LE GOFF, 2009, p. 42). Como se percebe, Braudel acertara em cheio ao decretar a morte dos grandes homens tradicionais. No presente caso, Braudel se referia a Afonso de Taunay e os desbravadores do Brasil, no fenômeno das Bandeiras. Em sua perspectiva, é tarefa complexa mensurar a estatura dos grandes homens uma vez que os historiadores se equivocam ao tomar-lhes as medidas. Ora dizia Braudel, os historiadores frequentemente julgam e criam os homens eminentes “[...] pela tendência com que se empresta aos outros a própria estatura” (BRAUDEL, 1955, p. 09).

A ampliação da experiência humana por meio da ocorrência de fenômenos impactantes — entre os quais a expansão europeia e a revelação de outras formas organizacionais de sociedades, o advento da imprensa e o incremento da circulação de informações, a revolução científica e a emergência de saberes desestabilizantes das tradições — concorreu largamente para alterar o panorama geral da reflexão sobre a história e os demais campos dos saberes. A partir das grandes navegações a Terra tornara-se uma imensidão estranha, notaram os humanistas do século XVI, evidência que abalou a cosmovisão fundada nos autores antigos. “Todos os dados tradicionais das ciências da natureza estabelecidas num programa e numa gnoseologia aristotélicas”, acrescenta Marc Fumaroli, “veem-se abalados como por um sismo da inteligência que desde então nunca cessou de se propagar” (FUMAROLI, 2004, p. XLVIII).

O mundo moderno passou a ser uma arena de transformações numerosas e fugazes. As trincas surgidas das descobertas desestabilizaram

a autoridade da tradição. O advento de Estados nacionais, cada vez mais aguerridos em torno do estabelecimento de uma nova geografia política europeia — estruturas econômicas crescentemente mais complexas e detentoras de densas engrenagens burocráticas —, constituiu-se em agente acelerador de mudanças na concepção e no controle do tempo histórico. O tempo histórico-social passou a ser objeto das projeções de uma instituição movida a realismo e a pragmatismo. Aos poucos, todo um universo de valores tradicionais foi saindo de cena, substituído por princípios fundados em experiências inteiramente novas. A cultura clerical, incontestavelmente hegemônica ao menos até os meados do século XVIII, passou a sofrer os efeitos da erosão provocada pelos avanços da onda de dessacralização inaugurada pelo Iluminismo, sobretudo na esfera política depois dos episódios da Revolução Francesa.

O sentido histórico projetado em um futuro fixo organizado pela religião deu lugar a concepções secularizadas de futuro, concepções estas sob a idealização e direção do Estado. O crescente domínio técnico sobre a natureza pressionou os aceleradores do tempo histórico na era da Revolução Industrial. A vertiginosa acumulação de eventos em escala continental e planetária, agora desencadeados aos borbotões e em lapsos mais curtos, ampliou a sensação de uma nova velocidade do mundo. O movimento das ideias filosóficas, as revoluções sociais e as guerras recorrentes entre Estados alteraram o ordenamento do tempo histórico-social típico do Antigo Regime. Essa sensação foi expressa em um ensaio do escritor marxista Plekhânov, ao recordar-se de uma frase de Voltaire acerca da evidência de que a razão sempre termina por ter razão. Segundo o autor russo, os eventos da Revolução Francesa marcaram uma superação dessa bem-intencionada crença voltairiana. Foram tantos os acontecimentos desencadeados pelo referido episódio, e que trilharam tantas desencontradas e inesperadas direções, que o mundo assistiu ao triunfo das coisas que pareciam impossíveis e, no limite, desprovidas de qualquer sentido. A lógica brutal da imprevisível nova realidade dissolveu os sábios projetos do Iluminismo, induzindo-se “... a pensar que a razão não terminará provavelmente jamais por ter razão” (PLEKHÂNOV, 1980, p. 21). Como afirmou Horst Günther, com a Revolução Francesa,

a história como saber das coisas passadas ficou um tanto inibida em sua feição magistral, mormente em fornecer “máximas para a ação” visando qualquer ordem de planejamento (GÜNTHER, 2013, p. 113). Segundo os depoimentos pósteros reunidos por Reinhart Koselleck, “A Revolução Francesa foi, para o mundo, um fenômeno que parecia zombar de toda a sabedoria histórica, e diariamente foram se desenvolvendo a partir dela novos fenômenos, a respeito dos quais ficou cada vez mais difícil buscar respostas na História”, argumentou Karl Ludwig Woltmann em texto de 1800 (*apud* KOSELLECK, 2013, p. 162).

Então, como prosseguir aprendendo com o passado diante de circunstâncias inteiramente novas e desnorteadoras, algumas potencialmente incontroláveis e destrutivas da ordem social? De que forma encarar fenômenos e eventos jamais vistos numa escala extremamente rápida agora assumida pelo tempo histórico? E, tarefa um pouco mais complexa, como explicar ocorrências sobre as quais os livros antigos (os clássicos com suas instruções salvadoras), calavam-se por completo? Como conciliar a incômoda modernidade com a tranquila estabilidade das concepções consolidadas? As surpreendentes revelações da modernidade dissolveram as fronteiras estáticas do conhecimento, diz Eugenio Garin. A multiplicidade de sistemas explicativos do universo deslocou a própria Terra de sua condição privilegiada. Além do novo esforço de conhecer a si mesmo — como o fizera Montaigne —, tornou-se inadiável a tarefa de “... conhecer os habitantes de terras desde sempre desconhecidas, difíceis de inserir nos quadros teológicos tradicionais (de que Adão vieram os americanos, e que Redentor os redimiu?)” (GARIN, 1991, p. 143). Ao que parece, foi ao longo das alterações acumuladas em um relativamente breve curso de tempo, período este que coincide com a expansão da Revolução Industrial de fins do século XVIII e princípios do seguinte, que se pode distinguir o início mais evidente da crise dos fundamentos clássicos e o princípio do fim da vocação magisterial da história.

O ineditismo de eventos improváveis acumulados em curtos prazos anulou o tradicional conteúdo de exemplaridade dominante na história, o que veio a modificar a qualidade de prognóstico das antigas concepções. Foi assim que se extinguiu, na avaliação de Koselleck, o cumprimento do

tradicional ofício de conselheira prática da existência, “... tão logo não foi mais possível comprovar situações análogas das quais se pudesse tirar conclusões para o próprio comportamento” (KOSELLECK, 2013, p. 160). No alvorecer do mundo contemporâneo, com as fortes marés de instabilidades representadas pelas revoluções burguesas e o advento da economia capitalista com o seu cortejo de tensões nacionais e crises globais, tomou-se consciência de que as experiências emergentes não mais possuíam paralelos significativos com os acontecimentos passados. Constatada tal assimetria, o conteúdo de verdade das experiências passadas perdera o seu valor diante do reconhecimento da diversidade dos tempos históricos. Transformações céleres somadas a seus inúmeros e desconcertantes desdobramentos não mais permitiam apreender similaridades na profusão de eventos. Com o advento do mundo contemporâneo, o ineditismo tornou-se a regra a pautar a dinâmica de processos e à história ficou impossível estabelecer fontes confiáveis de paralelos.

Benedetto Croce explicou a desagregação da *Historia magistra vitae* pela entrada em cena de duas novas correntes no pensamento histórico oitocentista. A então história eloquente, instrutora de virtudes e de máximas prudenciais, cedeu aos princípios analíticos do romantismo e do positivismo, que não admitiam os desígnios individuais como elemento de relevo, agora a lidar com as tradições dos povos (nacionalidades) e as leis do progresso da humanidade. Naquele novo mundo de ideias históricas, a história mestra da vida tornou-se apenas um tênue reflexo nos retrovisores de Clio. Mas uma teoria tão longeva, e que no passado gozara de tanto prestígio, possui tenacidade difícil de desbaratar. Segundo Croce, essa velha história ainda era capaz de reproduzir fósseis residuais, e que em pleno século XX persistiam com ar de seres vivos! (CROCE, 1953, p. 199). O abaixo citado livro de Croce, formado por uma série de conferências e artigos dos anos 1912-13, foi publicado originalmente em alemão, em 1915. Essa obra foi revisada pelo autor em três edições sucessivas até 1941, e não se sabe ao certo a quem Croce dirigia sua mira, ao expor como fantasmagórica a doutrina da repetição do passado e a possibilidade de extrair-lhe lições úteis para as ações no presente. Contra a estupefação dos que diziam que nunca esperavam as coisas que de fato estavam acontecendo, o autor italiano retorquia ser

necessário saber que no mundo contemporâneo ocorriam justamente as coisas inesperadas, como se a história encontrasse um prazer novo em improvisar todo o tempo (CROCE, 1953, p. 282). Em meio a horizontes de imprevisibilidades tão desconcertantes parece mesmo ficar provado, segundo a reflexão de Benedetto Croce, a razoabilidade do argumento de que a experiência passou a ser aquelas espécies de ocorrências que permitiam aos homens reconhecer os seus equívocos, quando tornavam a cometê-los sucessivamente. A equação croceana fica ainda melhor expressa no raciocínio de que a experiência passou a dar lições de que não mais seria uma mestra confiável para instruir, pois a surpresas tornaram-se a regra.

No mundo contemporâneo, as incoerências tornaram-se tão evidentes, tão numerosas e igualmente tão espantosas que poderíamos exemplificá-las à luz de uma paráfrase a Jean Bodin e seus demônios: parecem brotar em cachos por uma suspensão temporária das leis naturais. Por isso mesmo vem a propósito a reflexão de John Tosh ao considerar que, embora alguns eventos históricos possam transmitir a ideia de se repetir, gerando resultados aparentemente familiares no presente vivido, a mudança histórica parece ser uma regra tão ferreamente constante e complexa a ponto de ser extremamente difícil lograr êxito quanto ao resultado de previsões. Segundo o autor norte-americano, isso se deve à multiplicidade de fatores intervenientes no mundo contemporâneo, alguns dos quais sequer podem ser identificados ou visualizados, mas que a todo o momento se acumulam para a composição do futuro (TOSH, 2011, p. 52). De todo modo, alguns dos referidos fósseis aludidos por Croce talvez possam ser rastreados.

A crença apaixonada de Lorde Acton (1834-1902), [disse Geoffrey Barraclough nos anos 1950], de que ‘o conhecimento do passado’ é ‘um instrumento de ação’, ‘eminenteprático’, foi abandonada; o ponto de vista antigo de que a história tem um ‘uso’ prático foi deixado de lado, se não realmente demolido, e ao invés disso os historiadores têm acentuado a *Einmaligkeit* da história, a singularidade de cada acontecimento, as potencialidades inestimáveis de cada situação, a impossibilidade de extrair ‘lições’ ou orientação do passado (BARRACLOUGH, 1964, p. 27).

Arnaldo Momigliano também alertou para a nova percepção em torno das transformações constitucionais dos Estados, que no passado eram vistas como alterações previsíveis e mais ou menos constantes. Essa tradicional forma de sensibilidade diante das mudanças da história alimentou e consolidou a crença de que os eventos futuros seguiriam o padrão de continuidade verificado desde sempre (MOMIGLIANO, 1993, p. 151). Algo análogo e complementar às considerações de Barraclough e de Momigliano afirmou Hans Ulrich Gumbrecht, em fins dos anos 1990, ao lembrar que

Aquilo que chamamos retrospectivamente de ‘aprender com os exemplos’ era a convicção de que existia uma correlação estável entre determinadas ações e seus resultados positivos ou negativos [...] A prática de aprender com exemplos sobreviveu muitos séculos sem ser questionada, porque a crença de que o tempo é um agente natural e inevitável de mudança no mundo cotidiano não estava institucionalizada até o início da era moderna (GUMBRECHT, 1999, p. 460).

Como informa Georges Gusdorf, até fins do século XVIII e um pouco além, a história foi um gênero literário essencialmente fundado sobre a transmissão de uma narrativa de eventos estabelecida de uma vez por todas, e que se contentava por completar-se, de geração em geração, por meio da descrição dos sucessos recentes e por alguns preciosismos de frases ornamentais (GUSDORF, 1960, p. 190). Servia-se um presente e um futuro permanentemente fiéis ao passado, este por sua vez fixo e inalterável no campo de uma interpretação submissa ao cânone greco-romano. No terreno das tradições intelectuais da Época Moderna essa foi uma forma de definir a expectativa pela perenidade dos valores morais. Foi assim que se pôde constituir uma concepção de história de tão largo curso. O historiador inglês Geoffrey Barraclough fala da história ainda ocupando espaço como espécie de divindade, como uma “*magistra vitae* suprema”, como uma “Clio imperiosa e autoconfiante” que, desde a Revolução Francesa até os anos 1930, substituíra a religião e a filosofia (BARRACLOUGH, 1964, p. 10).

No plano filosófico Friedrich Nietzsche teceu alguns apontamentos acerca da completa nulidade de uma história fundada em exemplaridades

passadas, gênero que ele descreveu como deformado por enfeites, a ponto de assemelhar-se à invenção poética (NIETZSCHE, 2005, p. 67). Reinhart Koselleck apontou para o afastamento do “espaço da experiência” (o passado lembrado no presente) e do horizonte de expectativas (os prognósticos do que poderá ocorrer) ao fim da Modernidade, âmbito no qual o futuro deixou de ser visto como reproduzidor de tradições passadas, como uma dimensão temporal que se alimentasse de experiências já vividas. O que de fato permitiu o abandono das aspirações tradicionais, bem como a passagem decisiva a outro regime de historicidade,¹ foi a percepção, tornada cada vez mais nítida e dominante, de que para escrever história da maneira como os antigos a conceberam, seria preciso encontrar no mundo histórico presente as mesmas relações de força, conforme captadas, por exemplo, pelas lentes do arguto Tucídides. Mas não, escreveu Tocqueville em *A democracia na América*, a história não pode ser mais essa escola de exemplos. “Eu percorro os séculos até a mais remota Antiguidade”, afirmou, e “não percebo nada que pareça ao que há sob meus olhos. Se o passado não ilumina o futuro, o espírito marcha nas trevas” (*apud* KOSELLECK, 2006, p. 332). Aqui se encontra um dos pontos mais evidentes de esgarçamento do tradicional *topos*. E se Koselleck fala em termos de dissolução ou de diluição de um lugar-comum literário que teve longevidade milenar, não deixa de considerar a sua presença constante em pleno século XIX, por vezes coexistindo no conjunto da obra de um mesmo personagem, como no caso da figura emblemática de Leopold von Ranke (KOSELLECK, 2006, p. 53). Também para Horst Günther os grandes historiadores oitocentistas sucumbiram em bloco ao culto da exemplaridade, haja vista terem atuado, em alguma fase de suas carreiras como analistas dos fenômenos políticos (GÜNTHER, 2013, p. 114). De qualquer forma, e a despeito das permanências residuais, o mundo havia mudado tanto e acumulado complexidades de tal monta,

¹ Por “regime de historicidade” compreende-se, fundamentalmente, os modos específicos de compreensão e de relação dos historiadores com o tempo histórico. No âmbito da história analógica ou exemplar, conforme praticada ao longo da Época Moderna, a instrumentalização do passado com vistas à sua assimilação no presente é bem o exemplo de um regime de historicidade.

que se tornou prudente e aconselhável desconfiar de aspirações magisteriais longamente cultuadas. Mesmo assim, a miopia das venerações aos homens ilustres pode ser acompanhada ainda em autores como Ernest Lavissee e seus colaboradores no grande empreendimento editorial dos inícios do século xx. Com efeito, o primeiro volume da *História da França, da época galo-romana à Revolução* é de 1903 (Cf. BOURDÉ; MARTIN, 1997). E a presença de uma *histoire à Lavissee* resistiu no ensino secundário francês até a segunda metade do século xx, apesar das várias reformas estimuladas por figuras influentes como Febvre e Braudel (DELACROIX; DOSSE; GARCIA; 2012, p. 315).

Referências

- AMYOT, Jacques. Aos leitores. In: PLUTARCO. *Vidas dos homens ilustres*. São Paulo: Editora das Américas, s.d.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Europa, uma revisão histórica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1997. BRAUDEL, Fernand. Pedagogia da história. *Revista de História*. São Paulo, 11, 23, jul.-set., 1955.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora FGV; Editora Unesp, 2012.
- BURTON, Robert. *A anatomia da melancolia*. Curitiba: Editora UFPR, 2012. v. III.
- CROCE, Benedetto. *Teoría e historia de la historiografía*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1953.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FUETER, Eduard. *Histoire de l'historiographie*. Paris: Alcan, 1914.
- FUMAROLI, Marc. Espírito de geometria, espírito de agudeza. In: PASCAL, Blaise. *A arte de persuadir precedida de A arte da conferência de Montaigne*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GARIN, Eugenio. O filósofo e o mago. In: _____ (Org.). *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Época Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GUSDORF, Georges. *Introduction aux sciences humaines*. Paris: CNRS, 1960.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado, o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: _____ et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva. In: _____. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora PUC-Rio; Edições Loyola, 2005.
- PETRARCA, Francesco. Ao mesmo Tommaso da Messina, sobre o estudo da eloquência. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PLEKHÂNOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- TOSH, John. *A busca da história*. Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis: Vozes, 2011.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.